



CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL
CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTIG
CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS – CTPLAN

Ata da 1ª Reunião Extraordinária Conjunta, realizada em 13 de abril de 2015

1 Em 13 de abril de 2015, reuniram-se as Câmaras Técnicas de Planos - CTPLAN,
2 Institucional e Legal - CTIL e de Instrumentos de Gestão - CTIG, todas do Conselho
3 Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG, na sede da Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o Diretor de Gestão das Águas e Apoio aos
6 Comitês de Bacia – DGAC do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Breno
7 Esteves Lasmar; Evilânia Alfenas Moreira e Jorge Sadala, da Companhia de Saneamento
8 de Minas Gerais – COPASA; Paula Meireles Aguiar, Denise Bernardes Couto e Odorico
9 Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG;
10 Carlos Alberto Santos Oliveira, Ana Paula Bicalho de Mello e Guilherme da Silva Oliveira,
11 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Irazy
12 Maria de Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; Rander Abrão
13 Tostes e Renato Junio Constancio da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG;
14 Murilo Franco Machado da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa –
15 ABRAGEL; Elbert Figueira Araújo Santos da Agência Reguladora de Serviços de
16 Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais –
17 ARSAE; Marcilene Aparecida Ferreira, Gustavo Tostes Gazzinelli e Anderson Silva de
18 Aguiar do Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas –
19 FONASC; Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado do Instituto Guaicuy - SOS Rio
20 Das Velhas; Wilson Akira Shimizu da Universidade Federal De Uberlândia – UFU;
21 Leonardo Guimarães Ribeiro do Instituto Aço Brasil e Fernando Marinho de Oliveira da
22 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS/MG. **Assuntos em pauta. 1)**
23 **ABERTURA.** O Diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia – DGAC do
24 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Breno Esteves Lasmar declarou aberta a
25 1ª Reunião Extraordinária Conjunta: “Essa é a nossa primeira reunião extraordinária
26 conjunta das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.
27 Agradeço muito a disponibilidade de todos atenderem a esse pedido, para que
28 pudéssemos trazer, dentro do que foi solicitado nas outras reuniões, conforme
29 apresentado pelo conselheiro Gustavo Gazzinelli, de que fosse realizada essa reunião
30 conjunta e todos os conselheiros pudessem apresentar as manifestações de interesse e
31 quem tem predisposição para presidir as câmaras do CERH. Nas últimas reuniões
32 realizamos a composição das câmaras e então agora devemos eleger o presidente de
33 cada uma. Não há outro item de pauta além desse e estamos aqui para tratar

34 basicamente dessa eleição, para que seja dada continuidade às reuniões ordinárias de
35 cada câmara, que já contam com pautas pendentes extensas. **2) COMUNICADOS DOS**
36 **CONSELHEIROS.** Gustavo Tostes Gazzinelli: “Quando sugerimos a realização dessa
37 reunião conjunta, também propus que fizéssemos um acordo entre os diferentes
38 segmentos, para que cada setor estivesse presidindo as Câmaras Técnicas, ou seja, que
39 cada uma fosse presidida por um segmento diferente. Então eu pergunto se todos estão
40 de acordo com as indicações previamente convencionadas.” Breno Esteves Lasmar:
41 “Como havíamos adiantado nas outras reuniões, isso tudo deve passar por um grande
42 acordo e por isso a importância dessa reunião conjunta.” Odorico Pereira de Araújo:
43 “Com relação a essa proposta do Gazzinelli, a princípio concordamos, mas cada coisa
44 em seu tempo e primeiro devemos definir como será o processo e depois definir as
45 indicações.” Wilson Akira Shimizu: “Faço uma solicitação: para que possamos participar
46 efetivamente das Câmaras Técnicas, peço verificar junto ao Estado o financiamento das
47 nossas viagens, assim como é feito para as ONGs representantes da sociedade civil.”
48 Breno Esteves Lasmar: “Há a possibilidade legal de que isso seja feito. As limitações
49 estão relacionadas aos aspectos orçamentários, mas assim que estas atuais dificuldades
50 forem superadas conforme nossas expectativas, poderemos dar esse suporte. Vou
51 entrar no **item de pauta nº 3**, que é o **processo de eleição** e vou fazer a leitura dos
52 membros que compõem todas as Câmaras e poderemos já ver quais são os indicados.
53 Vou sugerir uma dinâmica para conduzir esse item da pauta: que após a leitura,
54 tenhamos um período para que aqueles que se interessam na candidatura para a
55 Câmara Técnica, possa se manifestar e assim poderemos fazer os acertos. Inicialmente
56 vamos tratar das três câmaras para tentar compor dentro dessa proposta sugerida pelo
57 conselheiro, de que todos cheguem a um acordo. Caso isso não seja possível por
58 qualquer motivo, vamos tratar individualmente cada uma das Câmaras através da
59 eleição utilizando as cédulas que preparamos. Então essa é a outra sugestão de
60 condução do processo.” Foi feita a leitura da composição das Câmaras. Breno Esteves
61 Lasmar: “Passada então a exposição, pergunto se vocês já têm condições de apresentar
62 alguma candidatura ou se alguma instituição presente tem alguma proposta para que
63 possamos encaminhar o tema. O momento é livre para sugerir a composição.” Houve a
64 indicação do conselheiro Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado, representante
65 do Instituto Guaicuy - SOS Rio Das Velhas, para presidir a CTIL; Irany Maria de Lourdes
66 Braga, do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM para presidir a CTIG e Elbert
67 Figueira Araújo Santos, representante da ARSAE para presidir a CTPLAN. Houve a
68 aprovação das respectivas indicações. Passamos para o **item de pauta nº 4, ASSUNTOS**
69 **GERAIS**, alguém gostaria de apresentar algum ponto?” Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu
70 gostaria que você explicasse a questão da norma técnica de outorga que você comentou
71 e também sobre os GTs que fomos chamados a participar.” Breno Esteves Lasmar:
72 Semana passada convidamos para dois GTs. Um saiu no artigo 18 da DN CERH nº 49,
73 sobre águas subterrâneas. O outro GT foi aquele dos critérios de eficiência, no qual o
74 ponto é a discussão sobre os fatores de redução (artigo 12). Havia uma proposta de

75 flexibilização para quem tinha determinado tipo de tecnologia implementada - por
76 exemplo o reuso, a recirculação - e que não houvesse o corte linear, para não ser
77 prejudicial a todos. No momento da reunião, começamos a trabalhar isso e houve uma
78 proposta de que o IGAM pudesse definir isso e o IGAM foi contrário a essa proposta
79 exatamente por não dispor de critérios técnicos bem definidos para que isso pudesse
80 ser aplicado e assim ficaria na discricionariedade e isso não pode ocorrer, e essa foi
81 inclusive a fala do Secretário Dr. Sávio na reunião. Então, no encaminhamento da
82 matéria, ficou no entendimento dos conselheiros, mas não foi votado e por isso passou-
83 se adiante sem incluir um texto de redação como foi feito com o critério de águas
84 subterrâneas. Mas ficou no entendimento de todos que esse assunto deveria ser objeto
85 de norma específica à parte. E por isso emitimos o comunicado solicitando a
86 manifestação de interesse para esses dois assuntos específicos: um do artigo 18 da DN
87 CERH nº 49, que é critérios para águas subterrâneas e o outro que é para tentativa de
88 definição dos critérios de boas práticas, de eficiência e outros fatores e esses dois GTs
89 serão compostos agora para que possamos iniciar o desenvolvimento dessas matérias.”
90 Gustavo Tostes Gazzinelli: “Mas a questão do reuso estava na proposta de redação da
91 ABAS e da ABES, e durante a discussão, eu me lembro que aquela matéria não foi
92 acatada no parecer apresentado pelo IGAM.” Breno Esteves Lasmar: “Exato. Não foi
93 incluída no texto de redação e na decisão da reunião encaminhou-se.” Gustavo Tostes
94 Gazzinelli: “Considero louvável a iniciativa de avaliar situações que tenham que ser
95 ponderadas e estou só lembrando que a questão foi reprovada.” Breno Esteves Lasmar:
96 “Para complementar e esclarecer, ela foi reprovada, não sendo acatada e não compôs o
97 texto original da DN, porque não tínhamos critérios técnicos objetivos a serem aplicados
98 e nas discussões da reunião sugeriu-se que fosse criado um grupo específico para
99 definição. Por isso saiu esse pedido de manifestação de interesse, que é exatamente
100 para tentarmos chegar numa deliberação que venha trazer quais seriam os critérios
101 técnicos objetivos que possam ser aplicados, para eventualmente dar algum tipo de
102 compensação na restrição de usos para aqueles segmentos.” Fernando Marinho de
103 Oliveira: “Então, que conste isso na ata da reunião do CERH, e se for o caso podemos
104 votar isso na próxima reunião do Conselho, a regulamentação desse GT, para termos
105 um fechamento. É mais do que justo avaliar a situação daqueles que fazem o reúso, o
106 assunto é razoável e que isso venha para a próxima reunião do Conselho.” Breno
107 Esteves Lasmar: “Sobre o questionamento da deliberação, o IGAM soltou a portaria nº
108 49 em 2010, que juntou todos os procedimentos administrativos de concessão de
109 outorga e condensou nessa portaria. Junto a esse assunto, a portaria trouxe
110 deliberações que já estavam no Conselho dentro do Plando Estadual também, que era
111 Q_{7,10} como critério de outorga, vazão outorgável e uma série de coisas e relacionou
112 tudo. Juntou o que era da DN CERH nº 7 que trazia pequeno, médio e grande porte;
113 colocou as intervenções que eram passíveis de outorga. Então fizemos um grande
114 consolidado de matérias. Desde então, já vimos a necessidade de avançar e de fazer
115 adequações, pelas próprias dinâmicas que o Conselho já trouxe. Então já começamos a

116 trabalhar internamente no IGAM numa norma que viesse consolidar alguns desses
117 assuntos e pudesse trazer para o Conselho uma proposta de DN que consolidasse as
118 normas que estão hoje vigentes para que possamos tentar diminuir esse quantitativo de
119 regras para uma única norma e também podermos adequar dentro da proposta. Então
120 temos dois assuntos que estão dentro dessa portaria e que vamos desmembrar. Um é
121 relativo às competências do Conselho e a outra é sobre procedimentos, que vamos
122 consolidar numa norma interna dentro do SISEMA, e então vamos trazer essa proposta
123 de norma que vai tramitar na forma regular, primeiramente na CTIG, depois na CTIL e
124 por fim para a decisão da Plenária. **ENCERRAMENTO.** “Não havendo outros assuntos a
125 se tratar, agradeço a todos, parablenizo os presidentes pela eleição até a próxima
126 reunião. Obrigado.”

127

128

*** **

129

130

131

Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado

132

Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL

133

134

135

Irany Maria de Lourdes Braga

136

Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTIG

137

138

139

140

Elbert Figueira Araújo Santos

141

Presidente da Câmara Técnica de Planos - CTPLAN